

XI ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-MA

1968: CINCO DÉCADAS DO ANO QUE NÃO TERMINOU

ISBN: 978-85-8227-195-7

ANAIS DO XI ENCONTRO REGIONAL ANPUH/MA 2018

1968: CINCO DÉCADAS DO ANO QUE NÃO TERMINOU

03 A 06 DE JULHO DE 2018

Local: IFMA – Campus Alcântara

REALIZAÇÃO:



APOIO:



A ALCÂNTARA OITOCENTISTA POR MEIO DOS REGISTROS PAROQUIAIS

ÍTALO DOMINGOS SANTIROCCHI⁶⁹

Resumo:

Este trabalho é parte dos resultados de três projetos de pesquisa financiados pela FAPEMA: 1) *Sociedade e hierarquias na vila de Alcântara no século XIX*; 2) *Políticas públicas na preservação do patrimônio documental de Alcântara: gestão, governança, História, memória e cultura*; 3) *Preservação, restauração e digitalização do acervo de documentos históricos sobre Alcântara do século XIX*. Todos eles com intuito de resgatar a documentação histórica sobre o município, bem como realizar pesquisas em história social. Neste texto vamos fazer um panorama sobre três freguesias do Vila de Alcântara oitocentista, utilizando os resultados de algumas análises seriais e quantitativas feitas a partir de bancos de dados contendo informações de registros paroquiais (batismo, casamento e óbito). Aproveitamos a ocasião para agradecer todos o auxílio prestado pela FAPEMA e pela comunidade alcantareense.

Palavras-chave: Registros Paroquiais. Alcântara. Oitocentos.

No início do século XIX, Alcântara possuía quatro freguesias, sendo que algumas foram posteriormente desmembradas: São Matias, São João de Cortes, Santo Antônio e Almas dos Campos e São Bento. São Matias era a principal freguesia, onde se desenvolveu o principal núcleo urbano. Nela estavam presentes as principais fazendas produtoras de algodão e o porto que ligava à São Luís.

A segunda freguesia mais importante era São João de Cortes, um dos primeiros núcleos de povoamento do Maranhão e onde se encontra o segundo maior povoado de Alcântara. No século XIX, sua produção era de subsistência e de mandioca para Villa de Santo Antônio de Alcântara, principalmente para a manutenção dos escravos.

Santo Antônio e Almas dos Campos era uma região de expansão de fronteiras, bem como São Bento, que irão se consolidar no decorrer do século XIX e XX. São Bento se transformou em vila em 1835, pela lei n. 7 de 29 de abril de 1835. Já a freguesia de Santo Antônio e Almas foi desmembrada definitivamente de Alcântara em 1935, equivale ao atual município de Bequimão. Era um dos limites da Vila, em direção ao interior da Baixada Maranhense, uma região que antes de se tornar de expansão agrícola era voltada para criação de gado (ALMEIDA, 2006, p. 74).

Portanto, durante o século XIX, até 1835, tínhamos 4 paróquias pertencentes a Alcântara: São Matias, São João de Cortes, Santo Antônio e Almas dos Campos e São Bento, e posteriormente três até o fim do século: São Matias, São João de Cortes, Santo Antônio e Almas dos Campos. Todavia, decidimos não incluir nesse texto os dados referentes a São Bento, deixando para um estudo posterior.

⁶⁹ Doutor em História, Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), financiado pela FAPEMA.

São Matias

São Matias é a primeira paróquia de Alcântara. A povoação portuguesa se desenvolveu numa localidade onde já existia uma aldeia indígena, chamada Tapuitapera. Logicamente essa ocupação não ocorreu sem conflitos e tensões, como demonstram documentos⁷⁰ do século XVII e também a historiografia.⁷¹ Tapuitapera seria a principal localidade de uma capitania denominada Cumã. Todavia permaneceu ligada e Câmara de São Luís até 1648, quando foi desmembrada. Posteriormente foi rebatizada de Santo Antônio de Alcântara, com a Matriz dedica da São Mathias.

Segundo Grete Pflueger,

No século XVI a antiga aldeia dos tupinambás, Tapuitapera, foi alvo da disputa de franceses e portugueses, devido à sua estratégica posição no golfo maranhense. Em 1648, ela foi transformada em vila religiosa de Santo Antônio de Alcântara, sob a tríade das igrejas e conventos do Carmo, Matriz e das Mercês. No século XVIII, a vila transformou-se em um importante entreposto comercial e sede da aristocracia rural agroexportadora de algodão, consolidando um importante conjunto arquitetônico luso-brasileiro (PFLUEGER, 2014, p.146).

Segundo os levantamentos de relatos feitos por Rafael Chambouleyron, por volta de 1663, São Luís, Belém e Tapuitapera contavam conjuntamente com cerca de 700 moradores, de acordo com Manuel Soutomaior. Em 1685, Tapuitapera apresentava aproximadamente 400 “vizinhos”, segundo Manuel Guedes Aranha. Já em 1693, eram 300, segundo João de Sousa Ferreira. Porém o historiador chama a atenção que esses números provavelmente se referem aos portugueses, homens e habitantes dos pequenos centros urbanos (CHAMBOULEYRON, 2006a, p.102)

Uma correspondência de Pedro Azevedo Carneiro, de 30 de dezembro de 1695, nos informa da necessidade de se construir uma “boa fortaleza” na “villa de Tapuitapera”, para “defesa da entrada daquela villa que he de muito proveito á cidade do Maranhão por vir daquela parte a mayor do sustento daquela cidade [...] (CARNEIRO *apud* REIS, 1984, p. 220).

Bernardo Pereira de Berredo e Castro, por volta de 1718, assim sem refere a região:

Divide-se o Estado do Maranhão em duas principais Capitánias, uma do mesmo nome, que é a cabeça dele; outra do Grão Pará, que é a mais dilatada. A do Maranhão compreende também a do Cumá, chamada vulgarmente de Tapuitapera, de que é Donatário Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, e a vastíssima do Piauí [...] A Vila de Santo Antônio de Alcântara Povoação de mais de trezentos vizinhos, é a cabeça da Capitania do Cumá, e capaz surgidouro para todo o lote de embarcações, com uma baía de quatro léguas até a Cidade de S. Luiz, a cujo Sudoeste tem o seu princípio no mesmo sítio do Cumá; e caminhando dele pelo

⁷⁰ BERREDO E CASTRO, 1749; REIS, 1984.

⁷¹ CHAMBOULEYRON, 2006a; CHAMBOULEYRON, 2006b; CARDOSO & CHAMBOULEYRON, 2009; CARDOSO, 2013.

rumo de Oesnoroeste, na direitura do Pará, acaba com cinqüenta léguas de costa na baía do Toriuguasú, já com os marcos da Capitania do Cayté, chamada também do Gurupy; porém o fundo, conforme o Cartaz da sua Doação, se dilata até Reinos estranhos (BERREDO E CASTRO, 1749, p. 19;22).

Em contraposição ao baixo número de brancos, tem notícias de um elevado número de aldeias indígena e missões, pelos dados apresentados por Moreira Neto, de acordo Moretti,

segundo um balanço feito em 1693 pelo Conselho Ultramarino, contabiliza cerca de cem “aldeias ou povoações diversas de índios” no Pará. (Moreira Neto, p. 98) O mesmo autor ainda cita um balanço feito por João Lúcio de Azevedo para os anos imediatamente anteriores a 1750, que constata que havia apenas nove povoações de brancos (vilas) no território do estado, entre São Luís e a fronteira espanhola no Solimões: Cumá ou Alcântara, Caeté e Cametá, vilas de donatários que se encontravam em avançado estado de abandono; São Luís, Icatu e Tapuitapera no Maranhão; Belém e Vigia, no Pará; e Mocha, no Piauí. Contrastando com isso, só no Maranhão, Moreira Neto cita mais de 60 aldeamentos missionários em 1721; já no Pará, os dados são apenas para o início da era pombalina, constando 63 aldeamentos (MORETTI, 2014, p. 16)

No governo do Marquês de Pombal, desaparecem a missões, com a expulsão dos jesuítas. Investe-se no incremento da importação de escravos africanos e no comércio transatlântico, por meio da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Iniciou, então, uma época de expansão da produção e do comércio. Não era a primeira vez que se organizava uma companhia como essa, entre os anos de 1690 e 1706, existiu uma semelhante, a Companhia de Cabo Verde e Cacheu, ou Cacheu e Cabo Verde (CHAMBOULEYRON, 2006a, p. 86).

O resultado disso foi um crescimento populacional na província, como foi muito bem apresentado pelo professor Yuri Costa, em um artigo recente:

Nos primeiros anos do Império, preponderou na província uma população de negros escravizados sobre a de homens e mulheres livres, permanecendo essa tendência até meados do século XIX. A partir dos Mapas Estatísticos da Capitania do Maranhão, Mota e Cunha (2017, p. 467) registram que, em 1798, 30,8% da população era composta por brancos e 64% por negros e mulatos, livres ou cativos. Nesse mesmo momento, a população da capitania do Maranhão era de 78.694 habitantes. A partir dos apontamentos realizados pelo coronel Antônio Bernardo Pereira do Lago, Josenildo Pereira registrou que, em 1822, quando o número de habitantes da província foi estimado em 152.893, havia 77.914 escravos, correspondendo a 51% do total da população. Em São Luís, que concentrava um maior contingente de cativos, o percentual de escravos chegou a 62% da população (PEREIRA, 2001, p. 21). Já em 1841, com uma população total de 217.054 pessoas, o Maranhão possuiria 111.905 escravos, ou seja, 51,6% da população (FARIA, 2005, p. 238).

O quadro foi alterado pelo fim do tráfico internacional de cativos e pelo incremento da venda de escravos para províncias do Sul.⁴ A partir de 1850, houve um considerável declínio da população cativa. Em 1875, segundo os apontamentos de Antônio Cândido de Moraes Rego no *Almanak Administrativo da Província do Maranhão*, a população de toda a província, “com exceção da paróquia de Santa Tereza da Imperatriz”, era de 348.495 pessoas, sendo 274.528 homens e mulheres

livres e 73.967 escravos. Ou seja, em meados da década de 1870, a população cativa no Maranhão já correspondia a apenas 21,2% do total (REGO, 1875, p. IV). O decréscimo foi aumentando até a extinção formal do cativo. Em 1888, havia no Maranhão aproximadamente 30.000 escravos (FARIA, 2012, p. 67). (COSTA, 2018, p. 247-248).

Nos inícios do século XIX a entrada de escravos era intensa, como apresentada pela historiografia já mencionada. Isso também está presente nos registros paroquiais de São Matias, tanto o crescimento nas primeiras décadas do século XIX, quanto a diminuição da presença desses escravos nas décadas seguintes. Um exemplo é o livro de batismo dessa paróquia, dos anos de 1801 a 1804. Nele encontra-se uma grande quantidade de batismos de escravos adultos, o que significa que eram recém-chegados da África, inclusive pela menção a sua nacionalidade, todos Guiné. Antes de apresentarmos os dados é interessante refletir que normalmente esses escravos eram batizados no porto de saída da África ou no porto de desembarque. Isso pode indicar uma prática diferenciada no Maranhão, ao deixar a responsabilidade do batismo aos compradores, ou que o desembarque de escravos poderia ter acontecido diretamente em Alcântara.

Entre 1800 e 1804 foram batizadas 1847 pessoas, ou seja, um grande número de pessoas para a vila considera pequena. Destes, 1084 são definidos na condição de “servos”, ou seja, escravizados. Representavam cerca de 58,69% dos batizados. Entre essa população 436 foram batizados na idade “adulta”, ou seja, cerca 40,22% dos “servos”. Destes, 427 tiveram a naturalidade registra como Guiné, os outros 9 não tiveram a naturalidade registrada. Portanto, pelo menos cerca 39,39% dos escravos batizados em São Mathias entre 1800 e 1804 eram escravos recém-chegados da região da Guiné (poderiam ser mais, pois crianças também poderiam ser trazidas).

Esses dados demonstram a intensidade e o volume de africanos escravizados que estavam chegando em Alcântara nos inícios do século XIX. Se formos compará-los ao número total de 1847 batizados, computam cerca de 23,12% dos batizados, quase um quarto. Em relação ao gênero desses escravizados batizados adultos, temos 275 homens e 152 mulheres, demonstrando a preponderâncias daqueles.

Podemos também analisar esses batizados de adultos escravizados por ano: 8 foram batizados em 1800 (porém o livro só traz o mês de dezembro); 50 em 1801; 126 em 1802; 166 em 1803; 77 em 1804 (até o mês de abril). Os dados indicam uma linha crescente de entrada de novos escravizados vindos da África.

Já em relação as qualidades de cor, elas não eram registradas no livro, com exceção dos índios. Por esse motivo iremos inseri-las em um quadro relativo à condição jurídica desses indivíduos:

Condição Jurídica/Cor

Qualidade	Quantidade
Servos	1084
Forros	45
Libertos	6
Índios	36
Sem Registros de Condição Jurídica o Cor	676

Notamos que os 676 indivíduos sem registros de condição jurídica e cor provavelmente são livres e socialmente brancos. Eles representam cerca de 36,60% dos batizados. Os outros 63,40% trazem alguma designação que remete a escravidão ou à gentilidade.

Para encerrar essa pequena demonstração do potencial informativo e histórico dos dados presentes nos bancos de dados, que estão sendo montado a partir dos resultados desse projeto de pesquisa, vamos a um último exemplo. Entre os 36 índios registrados, encontramos um que é servo, mesmo essa prática tendo sido proibida desde 1757. Todavia com uma brecha, possibilitando o cativeiro do índio que tenha atacado comunidades de colonos portugueses (FARIA, 2004, p. 86; COSTA, 2018, p.251-252). Mas o caso ao qual nos referimos se refere a uma índia, Anna, filha de Clara, neta de Joanna, propriedade do Capitão Ascenço Jozé da Costa Ferreira, que dificilmente estria envolvida em uma invasão de povoado. Nota-se também a referência aos nos cristão de sua mãe e avó.

Os registros de casamento dos anos posteriores nos permitem ver como muitos desses indivíduos registrados com naturalidade Guiné vão assumindo sua nação e estabelecendo relações. Só para se ter uma ideia, entre 1811 e 1822, no livro que foi possível consultar somente parcialmente, referente a 1811 a 1892, dos 77 noivos escravos, presentes nos 200 registros, 51 tiveram sua origem ligada a 11 “nações” distintas. Um cenário bem diferente de quando foram todos batizados como Guiné. As “nações” foram as seguintes: Mandinga, Bijagó, Guiné, Baiuna, Caxeú, Costa de Mina, Angola, Fulupo, Benguela, Brigida, Jola.

O mesmo se repete em relação as noivas, das 73 escravas entre os 200 registros, 38 deles pertencem a 11 “nações” diferentes, sendo que algumas não coincidem com as nações masculinas: Angola, Bijagó, Guiné, Baiuno, Benguella, Caxeú, Papel, Costa de Mina, Fulupo, Tulopo, Nalu.

Um prévio cruzamento de nomes encontrados nos registros nos permitiu encontrar, nos óbitos de Pinheiro e nos jornais presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, alcantarenses que se transferiram para Pinheiro. Eles levaram sua escravaria ou passaram a ser proprietários de escravos nessa nova área de expansão agrícola, a partir dos anos de 1840/50. Por meio do registro dos proprietários dos escravos que faleciam encontramos aqueles que mais enterraram cativos, indicando que poderiam ser possuidores de grandes escravarias. Portanto, fica claro como o banco de dados que está sendo montado a partir dos registros paroquiais nos permitem estudar a sociedade, as hierarquias sociais de Alcântara e também o processo de expansão

da fronteira agrícola para o interior da Baixada Maranhense.

São João de Cortes

São João de Cortes foi fundada, segundo Marques (1870, p. 141) em 1757, por jesuítas portugueses que ali se instalaram para catequizar os índios Tupinambás, instituindo uma missão. Tiveram o auxílio do desembargador e provedor da comarca de Cumã, Diogo da Costa e Silva, por ordem do governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza da Companhia de Comércio do Maranhão. A freguesia foi instituída em 23 de julho de 1838, pela lei Provincial nº 73, sendo sua matriz edificada pelo Frei Francisco José Cabral (MARQUES, 1870, p. 141).

Segundo Almeida:

Em São João de Cortes, além de um colégio, os jesuítas mantinham uma unidade de produção de anil. Obtinham uma matéria corante de cor azul violácea fornecida pelo indigueiro, um arbusto tropical. A fábrica tratava-se de uma manufatura onde se produzia uma substância corante extraída das folhas e chamada anil. Ela tinha aplicação nas artes para tingir de azul. O azul índigo era por demais apreciado então na Europa pela sua tonalidade forte, muito semelhante ao azul-violeta, o que facilitava sua exportação.

Os jesuítas treinaram escravos africanos e índios nas técnicas de processamento. As benfeitorias dos jesuítas em São João de Cortes ficaram desde 1760 sob o controle dos índios, abrigando inclusive escravos fugidos, dedicando-se principalmente à produção de alimentos, sobretudo farinha, sob uma economia de base familiar. Os entrevistados narram que os índios teriam doado as terras a São João Batista, que deixou livre o acesso a quem delas necessitasse (ALMEIDA, 2006, p. 77).

Segundo Pereira Lago, em 1762 já havia plantações para produção de anil em São João de Cortes, além de uma manufatura que preparava o produto que seria exportado. A manufatura funcionou até 1778, fechando alguns anos depois da expulsão dos jesuítas da colônia (PEREIRA DO LAGO, 2001, p. 36). Mas por volta de 1820:

Esta povoação de índios é muito antiga, constava de 22 fogos e cousa de 90 a 100 almas; tem capela, mas não sacerdote, e o comandante é um sargento. Plantam só mandioca, porque para mais nada serve o terreno (PEREIRA DO LAGO, 1872, p. 388).

Os dados que levantamos no livro de batismo dessa localidade entre 1868 e 1889 (o livro Alcântara, 1968-1903), tudo indica que o povoado de São João de Cortes continuou com um baixo número de habitantes, mesmo sendo o segundo maior dentro do território de Alcântara. Segundo *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial*, de 1861, constava na freguesia de São João de Cortes 2.800 habitantes, sendo que 800 eram arrolados como escravos (ALMEIDA, 2006, p. 76). Todavia, de 1868 a 1871, quando foi promulgada a lei do ventre livre, só foram batizados 4 escravos recém nascidos, o que poderia indicar o baixo número de escravizados nesse povoado

naquele período. Desses 4, um era propriedade de Francisco Diogo Ribeiro Marquez e os outros três eram de Euzebio Antonio Marquez.

Quando analisamos os “títulos” (alferes, capitão, dona) dos padrinhos e madrinhas de batismo, dos 964 batismos, apenas 49 indivíduos, entre comadres (9 casos) e compadres (42 casos), possuíam alguma titulação que indicava algum status social, num universo de 1928 padrinhos/madrinhas possíveis. Se analisarmos esses dados no decorrer do período, notamos que o número vai diminuindo drasticamente entre 1868 e 1889 (FERREIRA, 2018, p. 8). Esses dados podem indicar que a localidade era habitada por pessoas de baixa condição social e que continuou perdendo importância no decorrer da segunda metade do século XIX.

Segundo Alfredo Wagner Almeida, quando as terras eram controladas pelos jesuítas, nela se estabeleceram muitos indígenas e alguns africanos, que permaneceram ocupando o território após a partida dos padres. Os habitantes da região que ele entrevistou nos anos de 1990, “narram que os índios teriam doado as terras a São João Batista, que deixou livre o acesso a quem delas necessitasse” (ALMEIDA, 2006, p. 77, 123).

As terras da região noroeste de Alcântara, que tem São João de Cortes como povoado principal, começaram a ser chamadas “terras de índio” ou “terra de santo” ou “terra santista”, quando se referiam a uma posse simbólica (para os moradores era efetiva) da terra por parte de São João Batista (ALMEIDA, 2006, p. 81).

Para essas terras foram indo alforriados e quilombolas, formando-se comunidades negras, que se denominaram de “terras de negros” e “terras de caboclo”⁷²:

Em Alcântara, as fazendas em abandono, administradas por prepostos, evidenciavam uma certa deserção dos fazendeiros. Até 1837, não foram encontrados documentos indicando a mobilização de tropas de linha para combater os quilombos em expansão, nem a crescente autonomia produtiva dos escravos sob a direção dos prepostos. Isso provavelmente explica por que em Alcântara, e particularmente nas duas freguesias de São Matias e São João de Cortes, não foram registradas “fugas em massa” de escravos, tal como ocorrido em outros pontos da

⁷² “Para efeito de apresentação e síntese do significado dessas categorias, pode-se adiantar, grosso modo, que: no contexto da descendência e dos atributos pelos quais se auto-representam e são vistos, os entrevistados mencionam as denominadas terras de preto e terras de caboclo; no contrato com as divindades, referem-se às terras de santo, terras de santa, terras de santíssimo, terras de santíssima, terras santistas e designações aproximadas como irmandade; no contexto de regras de sucessão e transmissão de patrimônio, falam de terras de herdeiros e terras de parentes (p. 37). Consoante os termos documentais de registros do período colonial, falam de datas e sesmarias. De acordo com termo de doação específico, firmado em cartório, referem-se a terras da pobreza. Nos registros paroquiais, encontramos menção a terras de irmandades religiosas e das próprias divindades. No contexto de transferência de imóveis rurais adquiridos e registrados em cartório, mesmo que sem formais de partilha efetivados, falam também de terras de herdeiros. Sobre as terras devolutas municipais, mencionam as chamadas terras da Câmara. Perpassando todos os diferentes planos formais e informais, da identidade coletiva e dos contratos diádicos, falam de terra de índios, quando tratam da referência original ao domínio das áreas, e de terra comum, no que tange à relação antrópica e às regras de uso dos recursos naturais. Estas duas últimas designações perpassam todas as outras situações mencionadas. Quanto aos denominados brancos, as narrativas memorialísticas jamais falam em terras ou recursos naturais, senão com referência a um passado remoto, cingindo-se a mencionar tão-somente as ruínas do que teriam sido suas moradias, classificadas como taperas de branco” (ALMEIDA, 2006, p. 37-38).

região como Guimarães, ou grandes rebeliões, como em Viana (ALMEIDA, 2006, p.124).

Santo Antônio e Almas

Pelos poucos registros de casamento na Freguesia de Santo Antônio e Almas dos Campos, que é o livro Alcântara 1827-1868, que podemos analisar parcialmente, até os anos 1840, percebe-se que ela era uma paróquia pequena, com poucos habitantes no período.

Seu crescimento deve ter sido lento durante o século XIX, pois a freguesia de Santo Antônio e Almas foi desmembrada definitivamente de Alcântara somente em 1935. Equivale ao atual município de Bequimão. Era um dos limites da Vila no oitocentos, em direção ao interior da baixada maranhense, uma região que antes de se tornar de expansão agrícola era voltada para criação de gado (ALMEIDA, 2006). Isso explicaria a baixa densidade populacional.

Nas análises feitas com os dados dos assentos de casamento da paróquia de Santo Antônio e Alma podemos observar uma baixíssima presença de escravos, forros e libertos. Esse fato ajuda a sustentar a hipótese de uma região de produção de gado, nas quais geralmente empregavam-se muito poucos escravos.

Últimas considerações

Os registros paroquias de Alcântara povoaram essa localidade, deram nomes aos proprietários de terras e de escravizados, aos escravos, aos índios e aos livres pobres. Mostram com essas pessoas estabeleciam suas relações de parentesco espiritual, montavam suas estratégias familiares para tentar subir na hierarquia social e de cor. Por meio deles percebe-se como as famílias vão se deslocando para novas áreas de expansão agrícola na Baixada Maranhense, na medida que Alcântara vai saindo do circuito agroexportador.

Tais fatos nos fazem supor que a Baixada Maranhense, por ser uma área de expansão agrícola, também se tornou compradora de escravizados após a abolição do tráfico em 1850. Portanto, parte do fluxo não se destinou ao sudeste do Império, mas também as novas áreas de expansão agrícola dentro da província, sendo necessário redimensionar a hipótese de intensa “exportação” interprovincial de escravos.

Percebe-se também, no decorrer do oitocentos, uma hierarquia das espacialidades. Freguesias que possuíam maior ascendências sobre outras. Mas que durante o século vão mudando sua posição, com umas perdendo importância enquanto outras reorganizavam a sua produção, sua relação com o mercado, ampliavam o seu poder de atração populacional e político.

As pesquisas que estão sendo desenvolvidas a partir dos resultados desse projeto e outras que virão dele, trarão novos olhares sobre o Maranhão e o Brasil oitocentista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A Ideologia da Decadência: Leitura Antropológica a uma História da Agricultura do Maranhão*. São Luís: IPES, 1983.

_____. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio - Posse Comunal e Conflito. In: *Humanidades* (Brasília), v. 15, p. 42-49, 1987.

_____. Laudo Antropológico - *Identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara (MA)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2002. (Produção técnica).

_____. Terras Tradicionalmente Ocupadas, Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. In: *Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

_____. *Os quilombolas e a Base de Lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico*. Brasília: MMA, 2006. ALMEIDA, 2006

BERREDO E CASTRO, Bernardo Pereira de. *Annaes Historicos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nelle tem sucedido desde o anno em que foy descoberto ate o de 1718*. 3a edição Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1749

BRAGA, Yara Maria Rosendo de Oliveira. *Território Étnico Conflitos Territoriais Em Alcântara, Maranhão*. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, Dissertação, 2011.

CANTANHEDE, Raymara Nunes. *A ESCRAVIDÃO E A MORTE NO SÉCULO XIX: uma análise a partir do registro de óbito da cidade de Pinheiro-MA (1858-1868)*. Pinheiro: UFMA, 2018 – TCC/Monografia

CARDOSO, Alírio; CHAMBOULEYRON, Rafael. Cidades e vilas da Amazônia colonial. In: *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. IV, nº 2, 2009, p. 37-51.

CARDOSO, Alírio. Guerra híbrida no atlântico equinocial. índios, portugueses e espanhóis na conquista do Maranhão e Grão-Pará (1614-1616). In: *Hist. R., Goiânia*, v. 18, n. 2, p. 143-167, jul. / dez. 2013.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, no 52, p. 79-114 – 2006a

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Duplicados clamores” queixas e rebeliões na Amazônia colonial (século XVII). In: *Projeto História, São Paulo*, n.33, p. 159-178, dez. 2006b.

CARNEIRO, Pedro Azevedo. Carta de sugestões a sua majestade. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. As fortificações da Amazônia no Período Colonial. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No 344, Julho/Setembro. Rio de Janeiro: 1984.

COSTA, Yuri Michael Pereira. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*, Vol. 10 No 20, Julho - Dezembro de 2018, pp.

241-263.

FARIA, Regina Helena Martins de. Descortinando o Maranhão oitocentista. In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa e; PRADO, Geraldo (orgs.). *Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005, p. 231-247.

_____. Escravos, livres pobres, índios e imigrantes e estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: Edufma, 2004, p. 81- 111.

_____. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís: Edfuma, 2012.

FERREIRA, Lisiane Almeida; ROCHA, Neiane Freitas. Religiosidade e Compadrio: Relações de Poder no Catolicismo durante o Maranhão Imperial. In: Anais Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões. In: *Anais da ABHR*. Juiz de Fora: 2015. <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/1038>

FERREIRA, Lisiane Almeida. "*SANTAS E PROTETORAS*": uma análise dos assentos paroquiais de batismo em São João de Cortes no período oitocentista (1867-1889). Pinheiro: UFMA, 2018 – TCC/Artigo.

GUEDES, R. *Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, SP, c.1798-c.1850). RJ: MAUAD/FAPERJ, 2008.

LIMA, Carlos. *Vida, Paixão e Morte da Cidade de Alcântara – MA*. São Luis: Plano Editorial SECMA, 1998.

MORETTI, Luiza Hooper. *Projetos de colonização: o papel dos núcleos urbanos nas críticas de Alexandre Rodrigues Ferreira e João Daniel*. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

MOTA, Antonia da Silva. “Família e fortuna no Maranhão setecentista”. In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: EDUFMA, 2004, p. 51-79.

_____. *A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão. (Tese Doutorado em História)* – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2007.

_____. *As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial*. São Luís: EDUFMA, 2012.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. *Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista*. São Paulo: PUC, 2001. - Dissertação

PFLUEGER, Grete. *De Tapuitapera a Villa D'Alcântara, composição urbana e arquitetônica de Alcântara no Maranhão*. Recife: UFPE, 2002. – Dissertação.

PFLUEGER, Grete. Ruínas do Imperador. In: RCL/*Convergência Lusíada* n. 32, julho - dezembro

de 2014, pp.145-152.

REGO, Antônio Cândido de Moraes e. Apresentação. *Almanak Administrativo da Província do Maranhão*. São Luís, p. IV, 1.o jan. 1875. PINSCKY, Carla Bassanezi *et all.* *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. As fortificações da Amazônia no Período Colonial. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No 344, Julho/Setembro. Rio de Janeiro: 1984.

SILVA, Maria Celeste Gomes da. *Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial, 1755-1800*. (Dissertação). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2010.

VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara no seu Passado Econômico, Social e Político*. 3a. Ed. São Luís: AML/ALUMAR, 1999.